

“Economia do Care” e “Economia da Longevidade”: o envelhecimento populacional a partir de novos conceitos

*“Economy of Care” “Longevity Economy”:
the population aging’s research from new concepts*

Jorge FELIX¹

Resumo: O objetivo deste artigo é expor e discutir novos conceitos que se aplicam aos estudos do envelhecimento populacional no âmbito das ciências econômica e sociais, especificamente os da “Economia da Longevidade” (FELIX, 2007) e da “Economia do Care” (ZELIZER, 2008). São explicitadas as razões e justificativas econômicas para adoção, exploração e inclusão de tais conceitos diante da necessidade de estudar e atender a demandas sociais suscitadas pela dinâmica demográfica internacional. Demonstra-se como, na prática, essas denominações estão autonomizadas e incorporadas no funcionamento da economia real. Defende-se que a “Economia do Care” é parte da “Economia da Longevidade”, que engloba uma amplitude de relações socioeconômicas. Por fim, justifica-se como essas novas nomenclaturas podem ser úteis para induzir políticas públicas e comportamentos de mercado numa sociedade envelhecida a favor do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Envelhecimento Populacional. Economia do Care. Economia da Longevidade. Desenvolvimento Econômico.

Abstract: The purpose of this article is to present and discuss new concepts in studies of ageing population in the context of economic and social sciences, specifically the “Economics of Longevity” (FELIX, 2007) and the “Care Economy” (ZELIZER, 2008). The paper explains the reasons and economic justifications for adoption, exploitation and inclusion of such concepts on the need to study and meet social demands raised by international demographic dynamics. It is shown how, in practice, these designations are separate and incorporated in the functioning of the real economy. It is argued that the “Economy of Care” is part of “Economics of Longevity”, which encompasses a range of socio-economic relations. Finally, justified as these new classifications may be, they are useful to induce public policies and market behavior in an ageing society in favor of economic development.

Keywords: Ageing Population. Care Economy. Economics of Longevity. Economic Development.

Submetido em: 30/01/2014. Aceito em: 30/03/2014.

¹ Jornalista, mestre em Economia Política (PUC-SP) e doutorando em Ciências Sociais (PUC-SP), pesquisador (CNPq) do Grupo Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política (PUC-SP) e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de SP. Email: <jorgemarfelix@uol.com.br>.

Breve revisão da literatura sobre os estudos do envelhecimento

Nas últimas cinco décadas, os estudos do envelhecimento populacional – tanto no aspecto demográfico, econômico como no gerontológico, médico, psicológico, entre outras áreas – passaram por um crescimento decorrente do impacto societal desse fenômeno inédito na história da Humanidade.² A dinâmica das populações submeteu as sociedades a uma experimentação mais constante de fatos suscitados pela convivência maior com o segmento idoso, ampliado que foi pela elevação da expectativa de vida desde o século passado. Esse maior esforço de pesquisa também decorre dos novos desafios em políticas públicas e gestão empresarial. A realidade atual no ambiente acadêmico é bem diversa daquela verificada por Beauvoir (1970, p. 6) quando escreveu seu clássico sobre a velhice no fim dos anos 1960. Eram “raras as alusões” ao idoso e a autora destaca essa “conspiração do silêncio” logo na introdução de seu livro.³ Na época, os franceses com 65 anos ou mais representavam 12% do total da po-

pulação da França - hoje esse percentual é de 24% (UNITED NATIONS, 2012). Se a ordem naquele tempo era “[...] elimine [*a imagem d*] os idosos [...]”, como relata Beauvoir, hoje a presença dos idosos é constante nas imagens da sociedade de consumo (DEBERT, 2012, p. 216) – a despeito de amplo debate sobre a qualidade dessa representação midiática, cultural e comercial e, sobretudo, de essa redução da chamada “invisibilidade da velhice” implicar em alteração ou melhoria da condição de vida dos idosos⁴.

Embora ainda predomine na literatura econômica sobre o envelhecer o enfoque na questão previdenciária e quase sempre com motivações fiscalistas ou comerciais/financeiras, a interdisciplinaridade, com o passar do tempo, foi imposta pela evidência da necessidade de investigação mais ampla sobre o envelhecimento populacional e suas consequências no desenvolvimento econômico. O discurso denominado “falência do sucesso”⁵ foi abandonado (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004, p.85). Neste processo, mais do que avançar para além da Geriatria e outras áreas da Medicina, o tema da velhice invadiu quase todos os campos de

² Para estatísticas, ver site da Divisão de Estudos Populacionais da United Nations, Departamento of Economic and Social Affairs, Population Division (ONU).

³ Está fora do objetivo deste artigo discutir o estudo do envelhecimento a partir de nomenclaturas criadas como sinônimo de idoso, como “terceira idade”, “maior idade” entre outros usuais, por serem considerados conceitos subjetivos (SIEGEL, 1990). Sobre “terceira idade”, ver Laslett (1987).

⁴ Sobre este debate, ver Felix(2011). O termo “invisibilidade da velhice” foi criado pela antropóloga norte-americana Barbara Meyerhoff (BUTLER, 2008).

⁵ Designou-se assim a visão negativa e catastrófica do envelhecimento. Para uma discussão ver Lloyd-Sherlock (2010); Bloom et al, 2012 ou Prettnner; Bloom; Strulick (2012).

estudo – criando até mesmo um específico, a Gerontologia - e, num segundo momento, empurrou pesquisadores a rever conceitos (e preconceitos) estabelecidos, ora por incapacidade de compreender a totalidade das implicações do objeto de estudo, ora pelo avanço natural da tecnologia, da ciência e do capitalismo contemporâneo a arrastar como torrente construções erguidas sobre terreno frágil. A literatura econômica, assim, ramificou para as finanças pessoais, nível salarial, grau de exposição à inflação com o intuito de mapear o comportamento do custo de vida para o segmento idoso, dando ênfase aos gastos com saúde (WEBB, 2004).⁶ Especificamente quanto ao desenvolvimento econômico, os pesquisadores passaram a destacar o lado positivo do envelhecimento com a fase denominada "bônus demográfico" ou "janela de oportunidade"⁷ no processo de transição demográfica. Essa avalanche provoca, agora, outras alterações no discurso sobre o envelhecimento que questiona até mesmo o fato de as áreas de Geriatria e de Gerontologia de insistirem em disciplinar a vida humana em toda a sua extensão em nome de iniciativas preventivas e diante de necessidades e demandas sociais e econômicas do século XXI (GROISMAN, 2002). Assim como também questiona a sociedade capitalista informacional sobre o conceito de idoso e os limites tecno-

científicos para a proteção da morte (CASTELLS, 1999, p. 479; CAMARANO, 2013, p.10).

No amadurecimento deste debate conceitual, passou a ser aceito em ampla bibliografia, o termo "reinvenção da velhice" de Debert (1999) assim como seu diagnóstico de uma "reprivatização da velhice" empreitada pela sociedade contemporânea.⁸ Em Economia e em Sociologia, o termo tornou-se incontestável a partir da hipertrofia do capital financeiro em detrimento do produtivo (CHESNAIS, 1996; 2005). Neste contexto, as pesquisas atuais do envelhecimento, do ponto de vista socioeconômico, deixam um rastro na direção conclusiva de Beauvoir (1970 p. 303), no século passado, qual seja, de que mais do que uma "política da velhice" (sistema de pensões, moradia, lazer), o bem-estar do idoso dependeria de alterar o jogo de todo o sistema econômico e a reivindicação, diz a autora, "[...] não pode deixar de ser radical: é preciso mudar a vida". Explica-se assim o investimento, cada vez mais, de pesquisadores do tema em Sociologia e/ou da Economia na subárea do Trabalho.

A despeito das transformações nos processos de produção e no comportamento humano, provocadas pelo avanço tecnológico, a sociedade envelhecida do século

⁶ Sobre o Brasil, ver Neri et al. (2004).

⁷ Ver Alves; Vasconcelos; Carvalho (2010) e Felix(2013).

⁸ Para mais detalhes sobre a evolução dos estudos sobre envelhecimento no Brasil, ver Debert, 1999; e Papaléo Netto, 1996.

XXI mantém o caráter de uma sociedade salarial (CASTEL, 2012, p.415), pois, apesar de caracterizar-se por ser precário, o mercado de trabalho mantém os traços da sociedade salarial do pós-guerra.⁹ É no âmbito desta centralidade do trabalho que os pesquisadores compreendem alguma chance de garantir ou alcançar o bem-estar do segmento idoso, isto é, “mudar a vida”.¹⁰ Outro motivo a empurrar a pesquisa para este campo, além da deterioração das relações de trabalho demonstradas por Castel, na década de 1970, e que só fizeram piorar nas últimas décadas (ANTUNES, 2009), é uma crescente tendência prevista por Arendt ao construir seu conceito da “banalidade do mal” (em 1963):

[...] bem concebível que na economia automatizada de um futuro não muito distante, os homens possam tentar exterminar todos aqueles cujo quociente de inteligência esteja abaixo de determinado nível (ARENDRT, 2013, p. 312).

Nenhum estudo empírico confirma a deficiência cognitiva ou queda de produtivi-

⁹ Castel (2012, p.514) destaca que, em 1975, 82% da população ativa na França eram assalariados, esse percentual cai para 65% no fim da década de 1990, ou seja, apesar da precarização, o assalariado é maioria (CASTEL, 2012, p.514). No Brasil, em 2010, pela primeira vez, o percentual de formalização do mercado passou a marca de 50% da força de trabalho. Para dados e análise sobre formalidade e informalidade no Brasil, ver Pochmann(2007).

¹⁰ A União Europeia elegeu esta questão dos assalariados idosos como um elemento prioritário em sua agenda política e de desenvolvimento econômico (GUILLEMARD, 2010, p. 39).

vidade do trabalhador idoso (GUILLEMARD, 2010, p. 77)¹¹, mas pesquisas comparativas entre o mercado de trabalho francês e o dos vizinhos da União Europeia constataam o usual descarte dos trabalhadores do continente a partir dos 55 anos e, em alguns casos, a partir dos 45 (idem:84 a 88), sustentado por uma suposta incapacidade de adaptação às novas tecnologias. Essa realidade levou Guillemard a constatar mais do que a precarização das relações de trabalho uma tendência mundial de “fragilização da segunda metade da carreira” e tem sido esta a maior ameaça ao *envelhecimento sustentável*, pois condena esses trabalhadores a um desemprego, embora em nível moderado (antes da crise financeira de 2008), por demais prolongado, justamente na fase anterior à aposentadoria (idem: 62).¹² Isto é, um “extermínio” precoce do mercado de trabalho.¹³ Ampla bibliografia sustenta as motivações econômicas para este descarte – o trabalhador experiente ou com mais tempo na organização é trocado pelo jovem em início de carreira, sem despesas familiares,

¹¹ A respeito do Brasil, ver Rocha (2012).

¹² Para um panorama global sobre mercado de trabalho depois dos 55, ver Hofäcker (2010).

¹³ A redução de participação de idosos na população economicamente ativa é menos verificada no Brasil, ao contrário da Europa, principalmente. A despeito de ciclos econômicos, observação da Pnad de 1977 a 2002 permite constatar que não está ocorrendo o decréscimo dos níveis de atividade econômica dos idosos, embora verifique-se queda da atividade de homens e estabilidade razoável da de mulheres (WAJNMAN et al., 2004).

disposto a um salário baixo em meio a escassez de vagas no atual estágio de produção capitalista (CASTEL, 2012; ANTUNES, 2009; POCHMAN, 2007; CASTELLS, 1999; STIGLITZ, 2010 e 2012). Butler (2008) repara que essa tendência, embora explicada por motivações econômicas, sobretudo a maximização do lucro, é acentuada pelo preconceito e, assim, cria o termo *ageism*, cujo impacto na geração de riqueza passou a ser medido por governos europeus.¹⁴

Paralelo à investigação do mercado de trabalho, os estudos sobre o envelhecimento dedicam atualmente esforço para mapear as falhas de Estado e de mercado na questão dos cuidados de longa duração (STIGLITZ, 2000, p. 76 e p. 789; CAMARANO, 2010; HIRATA; GUIMARÃES, 2012; BERZINS; BORGES, 2012). No Brasil, diante das alterações demográficas, nupciais e, principalmente, a redução da taxa de fecundidade, a literatura é consensual em colocar sob risco a tradição (seja por solidariedade, ligação sentimental ou imposição legal, pois, a Constituição de 1988 assim o estabelece)¹⁵ de o cuidado da pessoa idosa se manter no futuro próximo, majoritária ou prioritariamente, a cargo direto ou exclusivo da família ou de arranjos familiares.

A literatura internacional é rica em retratar os desafios enfrentados pelos países industriais que envelheceram ainda no século passado para equacionar a carência de recursos humanos e financeiros, principalmente públicos, para atender ao aumento de demanda por cuidados de longa duração.¹⁶ As famílias mononucleares e a redução do segmento populacional feminino entre 40 e 60 anos, as tradicionais cuidadoras (seja de idosos ou outros dependentes), restringirá a oferta do serviço de cuidado. No Brasil, o principal questionamento é proposto por Camarano (2010, p. 337) ao provocar o debate sobre se o Estado deve assumir esse risco social ao incluí-lo como um quarto pilar no sistema de Seguridade Social.¹⁷

É neste contexto que surgem os conceitos alvos da discussão deste artigo: a "Economia do Care" e a "Economia da Longevidade", ambos com o objetivo de estabelecer um campo de pesquisa ou uma disciplina acadêmica que estabeleça as relações das atividades econômicas no enfoque do envelhecimento populacional. Nas próximas seções esses dois conceitos são expostos separadamente e, na quarta seção, verificamos suas interseções e suas importâncias para o desenvolvimento

¹⁴ De acordo com o governo da Grã-Bretanha, o preconceito ao idoso no mercado de trabalho custa £ 30 bilhões por ano (FELIX, 2011, p. 114).

¹⁵ Artigos 229 e 230.

¹⁶ Ver Palier(2002).

¹⁷ Pela Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social é integrada pelo Sistema Único de Saúde, Previdência Social e Assistência Social (artigos 194 a 204).

econômico nos países em processo de transição demográfica.

2 A “Economia do Care” e o “homo vulnerabilis”

O conceito de “*Economia do Care*” surge no âmbito da Sociologia Econômica, em 2008, a partir de visões alternativas críticas ao modelo neoclássico (ZELIZER, 2012). Seus pontos de vista incorporam à análise do comportamento dos agentes econômicos as relações interpessoais. Por exemplo, a introdução da teoria dos jogos no modelo de negociação das famílias, provocando uma interação entre os atores que substitui as escolhas preferencias únicas dos modelos neoclássicos. Essa definição é filiada às correntes de disciplinas híbridas no campo da economia (comportamental, feminista, organizacional, institucional, familiar, neuroeconomia, comunitária, socioeconômica, social, solidária e outras). Em sua construção acadêmica, Zelizer (2012) defende que a inclusão da intimidade, do emocional às questões econômicas em nada depreciam a atividade do cuidado ou a ciência econômica. Ela preocupa-se em estabelecer o trabalho do “care” entre fronteiras conceituais diferentes de uma simples relação emotiva ou uma mera transação comercial.¹⁸ Depois de definir “care” como:

¹⁸ Em sua construção, sem citar, a autora aproxima-se do conceito da “Economia do Dom” baseada na teoria da solidariedade, nos “serviços eco-

[...] um leque de atenções pessoais constantes e/ou intensas que tem, numa extremidade, o cuidado da manicure num salão de beleza ou o breve conselho telefônico num *hotline* de ajuda psicológica, e, na outra, os laços estabelecidos ao longo de uma vida inteira entre uma mãe e sua filha, ou, ainda, o devotamento de um velho empregado” (ZELIZER, 2012, p. 18)¹⁹.

A autora investe em dar resposta a questões que surgem com a transformação do “care” em atividade econômica, no momento em que esta prestação de serviço perde o seu caráter de pura solidariedade, relação de afeto ou mesmo obrigação familiar. O objetivo que se impõe é descobrir como monetizar o trabalho do “care” e mediar a relação trabalhista entre provedor e tomador de cuidado.²⁰ É destacada a ausência de paradigma para determinar o valor desse trabalho, em geral determinado por consultas entre “ami-

nômicos totais”, na “reciprocidade como obrigação”, categorias desenvolvidas por Mauss (2002).

¹⁹ A definição de “care” é cada vez mais ampla na literatura sociológica e econômica, abarcando de início os cuidados com idosos e evoluindo até mesmo à prostituição. Ver Camarano, 2010 e Parreñas, 2012.

²⁰ A autora antecipa, de certa forma, o debate legislativo travado no Brasil, a partir de 2012, com o Projeto de Lei 4.702, que regulamenta a profissão de cuidador de idosos, e, mais amplamente, a discussão sobre o trabalho doméstico (PEC 72/2013) e seus direitos trabalhistas com impacto no orçamento familiar. Zelizer (2012, p. 26) cita três tipos de relação: *mundos hostis* (capital x trabalho); *comércio em toda parte* (toda prestação de serviço seria comercial por definição) e *relações bem ajustadas* (que seria o objetivo). As duas primeiras seriam as visões defendidas pelo *mainstream* dos economistas neoclássicos.

gos" demandantes de serviços domésticos, em embate desigual entre contratante e contratado – uma vez que essa mão-de-obra (cuidadora) é crescente no mundo envelhecido e, nos países ricos, tem sido majoritariamente oferecida por imigrantes ilegais.²¹ O desafio, diz a autora, é criar combinações equitativas, sob pena de identificar-se erroneamente as conexões causais e ocultar-se a origem das injustiças, dos danos e dos perigos ao desenvolvimento econômico. Portanto, conclui, o "care" pago é social e moralmente legítimo, deve ser resgatado de um "gueto de marginalidade econômica" e impõe questões sobre as relações íntimas nos processos econômicos.

É a partir desta provocação que Petit (2013) desenvolve o conceito, sem eleger como alvo os custos econômicos dos serviços de "care" ou de saúde, no contexto do Estado-Providência, das instituições ou da família. Seu empreendimento é puramente metodológico e teórico: em que medida a filosofia do "care" é capaz de inspirar a ciência econômica moderna? O

autor parte da teoria moral²² para encontrar as raízes da teoria do "care" e constata que esta contribuiu para acrescentar àquela a sensibilidade dos afetos, o papel das intenções, da motivação e das atitudes e assim deslocou "o cuidado" ou "a preocupação com o outro" para o contexto da decisão econômica.²³ Para os economistas ortodoxos do século XX, destaca Petit (2013), o "care" jamais existiu. Na visão teórica neoclássica, é negado ao indivíduo a boa-vontade, lhe é proibido o universo sentimental, o altruísmo é raríssimo, a vulnerabilidade é desconsiderada e a indiferença é preconizada. O indivíduo, como todos sabem, é presumivelmente racional e autônomo na busca por seus interesses pessoais e, por consequência, da felicidade. Em resumo, o *homo economicus* é egoísta, soberbamente calculista, estrategista e potencialmente imoral, interessado nele mesmo. Em uma palavra, egocêntrico.

²¹ Arlie Russel Hochschild (apud DEBERT, 2012, p. 222) atesta que o fluxo migratório provocado pela demanda de "care" no mundo desenvolvido estabelece sua nova relação com os países pobres no século XXI. Se no passado era a exploração de bens e matérias-primas que marcava a empresa colonial, hoje é o cuidado, o amor, o carinho para com as crianças e os idosos que dá novas motivações ao trânsito internacional de pessoas no planeta.

²² Em síntese, o autor defende que a teoria do "care" tem origem numa oposição a uma forma de racionalidade muito presente no âmago da teoria moral herdada da tradição kantiana. Petit busca justificativas para propor outra visão sobre o cuidado em uma interpretação pessoal da Teoria dos Sentimentos Morais, de Adam Smith. Ver Petit (2013, p. 17-23).

²³ O autor cita declaração da primeira secretária do Partido Socialista francês, Martine Aubry, em 2010, que evocou uma "société du care", para defender a tese de que o cuidado tornou-se, na vida cotidiana, uma teoria moral independente e completa cuja influência, agora, se estende para além da esfera acadêmica (PETIT, 2013, p. 9).

Essa concepção do indivíduo explicaria, no entender do autor, o desprezo da ciência econômica pelo “care”. Ao contrário, a teoria do “care” permite vislumbrar o mundo como um conjunto de pessoas responsáveis, unidas por redes de ajuda mútua. Essa visão alternativa à neoclássica é compactuada por economistas heterodoxos citados por Petit (2013) e por alguns do *mainstream* (filiados à economia comportamental) que passaram a admitir, nos últimos 30 anos, que o *homo economicus* “se tornou um pouco mais humano”. Ao derrubar o muro da incompatibilidade de emoção e razão, os economistas, de acordo com Petit (2013), estariam promovendo uma correção de desvio na história do pensamento econômico e patrocinando um retorno da Economia ao seu caráter original interdisciplinar no campo das ciências sociais, isto é, da Economia Política. Ao reconhecer essa convivência entre razão e emoção como possível, os economistas aceitariam uma economia mais humanista a partir da noção de *vulnerabilidade* do ser humano²⁴, até então ignorada, embora universal.

A mudança de perspectiva, de acordo com Petit (2013), se daria em três dimensões: 1) o reconhecimento do papel do afeto e do processo afetivo na tomada de

²⁴ Destaque-se aqui que não está se referindo apenas à questão que concerne ao envelhecimento, senilidade, decrepitude, mas no sentido amplo de vulnerabilidade: emocional, financeira, incapacidades etc.

decisão; 2) a consideração da personalidade do indivíduo e de sua inscrição numa rede de relações pessoais e na sociedade; 3) a reivindicação de uma ação política que ultrapassa a concepção positiva própria aos trabalhos da economia *standard* do bem-estar. No primeiro aspecto, Petit (2013) relata pesquisas nas quais economistas experimentalistas constatam, com regularidade, um comportamento social dos agentes ao contrário do que prevê a teoria da decisão cujo princípio é o de que cada agente, num processo de negociação, busca maximizar o lucro.²⁵ Essas pesquisas observam que os agentes econômicos podem ser sensíveis igualmente ao contexto social da decisão e não somente ao resultado da negociação em termos de ganho. Petit arrisca uma função de satisfação (utilidade), com dois atores (Eu e o Outro), para representar essa tese²⁶:

²⁵ O autor cita ampla literatura de economia experimental e comportamental, de pesquisas empíricas, que observaram o comportamento pro social, no caso denominadas pelos pesquisadores como “apoio mútuo”, “fraternidade” ou “reciprocidade plural” (PETIT, 2013).

²⁶ O autor faz a ressalva de que trata-se apenas de uma versão bastante simplificada do modelo comportamental canônico de Fehr e Schmidt (1999). Petit (2013) alerta que a formulação pode naturalmente ser criticada amplamente em razão de sua simplicidade, pois, preserva o modelo neoclássico de maximização da utilidade, concebe os afetos de maneira exógena e racional e negligencia o papel do contexto. No entanto, defende o autor, a formulação representa, de toda forma, uma tentativa necessária de avançar além da concepção de um indivíduo entre o antagonismo exclusivamente

$$U_{Eu} (x_{Eu}, x_{Outro}) = U_{Eu} - \alpha |x_{Eu} - x_{Outro}| \quad (1),$$

Onde x_{Eu} representa os ganhos do indivíduo e x_{Outro} os ganhos da outra pessoa e α é um parâmetro positivo (inferior a 1). Um indivíduo racional (*homo economicus*) daria prioridade ao seu ganho em detrimento do outro ($\alpha = 0$). Enquanto um indivíduo *pro social*, assistiria uma queda de sua satisfação tanto quando ganha menos que o seu parceiro quanto ao ganhar mais ($\alpha > 0$). O parâmetro exógeno α representa uma aversão à culpa ou à vergonha (o sentimento de prejudicar o outro, uma vez que o lucro é resultado de seu poder de mercado ($x_{Eu} > x_{Outro}$) ou um sentimento de desejo que lhe dá uma insatisfação porque o outro ganha mais ($x_{Outro} > x_{Eu}$). Na visão de Petit (2013), essa modelização guarda interesse a partir da integração da relação de afeto e do subjacente à motivação da ação, fatores negligenciados pela análise *standard* que pressupõe apenas a busca dos interesses individuais. Em suma, põe em cena a preocupação com o outro.

A ética do “care”, desta maneira, levaria em conta a diversidade das aspirações individuais que modificam nossa conduta e que traduzem a heterogeneidade das motivações humanas. Revela, assim, um

te egoísta ou aquele que devota “corpo e alma” ao outro (PETIT, 2013, p. 29).

ser dependente e vulnerável em contraponto à idealização kantiana de autonomia que alimentou a concepção do “agente representativo” sem noção da consequência de seus atos para o ambiente societal. Essa figura “monolítica do indivíduo” serviu, lembra Petit (2013), para dar explicação a adoção de mecanismos de auto-regulamentação de mercados em quaisquer que fossem as sociedades, permitiu a elaboração do modelo de equilíbrio geral walras-paretiano, uma vez que, facilitou o problema da agregação de comportamentos e a definição de uma função de utilidade coletiva.

Esse paradigma da economia *standard* ainda prevalece, mas tem sido criticado por seu irrealismo e ameaçado por estudos experimentais que acrescentam elementos do comportamento humano desprezados, como diferenças de gênero, personalidade, aspectos cognitivos, altruísmo, senso de justiça, autoestima, entre outros que influenciam a decisão econômica. Estudos antropológicos citados pelo autor mostram também o papel da origem cultural no momento da negociação²⁷ e a identidade social como modulador das iniciativas do sujeito dentro de

²⁷ À guisa de ilustração, um dos trabalhos citados revela que os estudantes de economia são mais egoístas que os de ciências sociais, demonstrando o impacto da formação universitária na racionalidade do indivíduo. Sobre a visão crítica da antropologia ao *homo economicus* pode-se agregar, para corroborar o argumento de Petit (2013), a análise de Polanyi (2000).

empresas ou instituições. A preocupação com o outro, portanto, faz parte de preferências sociais que dependem de laços, origem e interação afetivas que determinam comportamento entre grupos e indivíduos.

Dentro desta concepção, continua o autor, a “Economia do Care” impõe uma visão moral, um engajamento moral, uma nova orientação entre a esfera privada (família ou rede social) e a esfera pública (Estado e mercado). Demanda uma prática de cidadania democrática que se inscreve em uma interdependência entre “care” e Justiça. Essa *politização do “care”* (PETIT, 2013, p. 35) impõe questões sobre o espaço estatal dos cuidados, assim como, o papel do mercado, a arbitragem entre interesse individual e coletivo e todo o arcabouço institucional para atender aos requisitos morais em jogo: ética, responsabilidade, consideração e a demanda por cuidado.

Em sua defesa, Petit (2013) alerta que os economistas têm extrema dificuldade de reconhecer que o indivíduo possa preferir o altruísmo autêntico e contextual. Em todos os modelos, o interesse que se tem pelo outro está ancorado na função utilidade. O economista, é Petit quem diz, nunca admite o ato do sacrifício (PETIT, 2013, p.40). Na economia do “care”, porém, o cuidado do outro é indissociável do cuidar de si mesmo. A vulnerabilidade ontológica é a fonte da motivação econô-

mica. Portanto, voltando ao esboço de função acima, o parâmetro α representa o quanto o indivíduo tem consciência de sua relação de cuidado vis-à-vis o outro.

O parâmetro de valor positivo significa assim a consciência de sua própria vulnerabilidade.²⁸ A consequência, conclui Petit, seria a substituição do *homo economicus* por um indivíduo imperfeito, limitado, enfático ao outro e ao seu entorno social, o qual o autor denomina de *homo vulnerabilis*.

Esse novo agente, suscitado pelo envelhecimento populacional em curso, demanda uma nova visão econômica justamente aquela proposta pela disciplina Economia da Longevidade, que será exposta na seção seguinte.

3 A Economia da Longevidade e o “envelhecimento sustentável”

O surgimento de um campo de estudo demora a ser percebido como tal e, mais ainda, a ser disciplinado, delimitado e, sobretudo, reconhecido no ambiente acadêmico.²⁹ Em sua formulação da “Eco-

²⁸ Petit (2013) acrescenta que outros modelos poderão acrescentar e estabelecer inúmeras relações que importam e estão ausentes nessa representação simplista, como parente próximo versus pessoa desconhecida, empatia, pertencimento a grupos sociais, cultura, ambiente social etc.

²⁹ Um bom exemplo é o termo “divisão do trabalho” que, segundo Durkheim, até Adam Smith formular e teorizar sua existência “as sociedades o

nomia do Care”, Zelizer (2012, p.15) relata sua surpresa ao se descobrir – ou ser descoberta – como uma formuladora do que passou a ser definido como “Sociologia Econômica”. Essa divisão da Sociologia ganhou amplitude há 20 ou 25 anos nos Estados Unidos, segundo a autora, a princípio, com proximidade à economia neoclássica – aplicando modelos matemáticos a processos aparentemente não econômicos³⁰ - e só mais tarde firmou-se como uma corrente de pesquisa. A partir de sua identificação dentro do universo de estudos, a Sociologia Econômica ampliou seu escopo para todas as formas de produção e, recentemente, como demonstração de sua relevância e institucionalização, desafiou a economia *standard* a incluir em suas análises o “care” – um trabalho, muitas vezes, não remunerado, mas parte intrínseca do processo de criação de riqueza no capitalismo contemporâneo.

Desde o século passado, o envelhecimento ganhou relevância na análise econômica *standard*, no entanto, os economistas insistem em enxergá-lo quase exclusivamente como uma questão fiscal a ameaçar a estabilidade econômica devido a pressões nos sistemas públicos de aposenta-

suportavam quase sem saber”, “sem tomar consciência dessa lei” (DURKHEIM, 1999, p. 1).

³⁰ São citados pela autora família, congregações religiosas, equipes de esporte etc. A ênfase desses estudos era colocada na “extensão” (para temas não-econômicos aparentemente) ou no “contexto” (mercados, para mostrar como a organização social importa na decisão dos atores).

doria. Ou seja, até então, a dinâmica demográfica é interpretada pela escola neoclássica como uma ameaça ao paradigma do equilíbrio monetário. Essa visão tem funcionado como um agravante do preconceito em relação à pessoa idosa, principalmente ao trabalhador, e um fomentador do discurso catastrófico em torno do “envelhecer”.³¹ A solução apontada invariavelmente é a de mercado, isto é, a transferência de poupança dos sistemas públicos de repartição para o setor privado.

A interdisciplinaridade do envelhecimento é, desta forma, ignorada pelo *mainstream* da economia, focado obsessivamente na renda e completamente deslocado dos aspectos relacionados a educação, mercado de trabalho, garantias legais, urbanismo, mobilidade, saúde e, como visto na seção anterior, cuidados. Ou seja, os aspectos sociais do envelhecimento da população. Essa economia assume que, uma vez equacionada a questão da renda, estará garantido o crescimento (e até o desenvolvimento) numa sociedade envelhecida. No entanto, defende-se que a inédita transformação demográfica global, agrega, cada vez mais, novos elementos aos fatores de produção no capitalismo contemporâneo.

Desde o século passado, alguns centros de pesquisa foram criados nos países em avançado estágio de envelhecimento com

³¹ Sobre esses aspectos ver Debert (1999), Felix (2009; 2011) e Stiglitz; Holzmann (2001).

o objetivo de ampliar o escopo da pesquisa sobre o tema. Alguns deles definiram esse campo como “Economia do Envelhecimento”. É parca, porém, a literatura sobre seu significado ou exploração de seu fundamento teórico. Desta forma, a expressão entrou no século XXI, a despeito da materialização de seu objeto de estudo (a sociedade envelhecida), resumida a um “termo”, sem uma substância acadêmica definida. Todavia, os fatos se impuseram como protagonistas desta transformação demográfica e alteraram, em ritmo frenético, os processos de produção, as políticas públicas e o comportamento do indivíduo. A sociedade e o meio acadêmico passaram a perceber, paulatinamente, o surgimento desta nova disciplina, como disse Zelizer (2012, p. 15) em relação à Sociologia Econômica, ainda sem saber que ela é ela.

A tentativa nesta seção é propor alguns parâmetros, ainda insipientes, para o que se defende como uma *Economia da Longevidade* (FELIX, 2007;2009). Em princípio a palavra “longevidade” empresta significado mais amplo ao processo porque traduz o descolamento das idades cronológica e biológica do indivíduo³², fenômeno típico do viver contemporâneo, e estabelece seu objetivo fundamental: a vida longa com, evidentemente, bem-estar. Seu alvo seria assim o *envelhecimento sustentável*, que é explorado mais adiante,

³² Sobre idades biológica e cronológica, ver Pappaléo Netto (1996, p. 9).

tanto do indivíduo como da sociedade. Por implicar em alterações comportamentais, reconhecer e reivindicar um papel primordial do Estado e uma redefinição das responsabilidades da empresa, bandeiras estas incompatíveis com a visão *neoclássica*, a Economia da Longevidade filia-se à Economia Política. Essa associação diz respeito às relações sociais de produção, uma vez que a circulação e a distribuição de bens materiais e serviços necessitam ser reestruturadas numa sociedade envelhecida para atender a novas demandas. Portanto, a Economia da Longevidade estabelece-se no campo teórico, valendo-se dos dados da economia descritiva e da história econômica e também de observação comparativa dos processos estudados para definir a posição de indivíduos e grupos sociais diante de fenômenos e fatos econômicos, no caso, desdobramentos do envelhecimento populacional.

Esta atuação multidisciplinar impõe à Economia da Longevidade o estudo das razões do próprio envelhecimento da população em suas duas vertentes. De um lado, os aspectos necessários para garantir o *envelhecimento sustentável*, ou seja, o bem-estar do segmento idoso, quanto aos seus direitos legais, renda, saúde, atividade, respeito e, quanto à sociedade, nos aspectos de produção, de convivência intergeracional e de harmonia com o amplo conceito de desenvolvimento econômico (SEN, 2000). Quanto à segunda

vertente, a disciplina dedica atenção às causas da baixa fecundidade a partir do conceito de "taxa de abdicação" (KLIKSBERG, 2010, p.228), assumindo que os processos demográficos podem ser controláveis e reversíveis e são influenciados pelo ambiente socioeconômico (ESPING-ANDERSEN, 2006). É este que determina o comportamento e as preferências do indivíduo, logo, torna incompatíveis com a disciplina conceitos da visão neoclássica como as escolhas intertemporais e simetria de informação.³³

Em retrospectiva histórica, a Economia da Longevidade corrobora à crítica da corrente heterodoxa de que a economia *standard* acentuou a desigualdade social, o que impede o *envelhecimento sustentável* dos indivíduos e dos países. A disciplina, no entanto, não rejeita o lucro (assim como a Economia Social), aceita o ponto de vista de que é preciso rentabilizar certas produções e investir em pesquisa e desenvolvimento, renovação de capital fixo e formação de mão-de-obra (SACHS, 2007, p.267). Porém, critica a apropriação individual do lucro, sobretudo, aquele obtido por hipertrofia da finança a partir de inúmeros mecanismos do sistema financeiro somente possíveis em ambiente sem regulamentação de mercado. Ou seja, aquilo que é denominado *financeirização* ou *mundialização financeira* (CHESNAIS,

1996) mostrou-se incapaz de atender às necessidades de maior equidade social nos países envelhecidos e/ou muito menos proteger a renda dos aposentados (STIGLITZ, 2012, p.244). A liberalização dos mercados, promovida a partir da década de 1980 como resposta a uma necessidade de reestruturação do capital, resultou em enfraquecimento do chamado Estado Social (CASTEL, 2010, p.145) cujas consequências, entre outras, são a precarização dos serviços públicos e, a partir da crise financeira de 2008, a culpabilização dos sistemas de seguridade social pelo déficit público.

Em consonância com esse arcabouço teórico, esse novo campo de estudo busca estabelecer parâmetros para as decisões de políticas públicas, de empresas e dos indivíduos voltadas a atender às necessidades econômicas da nova dinâmica populacional e reduzir o "risco velhice". Antes de estabelecer de que forma esses novos conceitos podem melhorar a atuação da Economia, faz necessário encontrar seus pontos de interseção como forma de definir uma metodologia didática para estudos futuros do envelhecimento na área da Economia, o que é feito na próxima seção.

4 Os pontos de interseção

A "Economia do Care", como visto, é um conceito amplo por englobar todos os tipos de cuidados a partir de sua visão

³³ Esses conceitos tornam-se relevantes no dilema da questão previdenciária, por exemplo: mercado vis-à-vis sistema público. Ver Felix (2012); e Stiglitz (2012, p.149).

moral dessa atitude. Os cuidados com a criança, o trabalho doméstico, a enfermagem, o porteiro, ou seja, qualquer “preocupação com o outro” que tenha impacto em uma decisão econômica está acolhida por este conceito. Na especificidade de uma vida mais longa, portanto, a “Economia do Care” abriga os cuidados de longa duração da pessoa idosa dentro de sua concepção do *homo vulnerabilis*.

Quanto à “Economia da Longevidade”, em sua visão multidisciplinar, estão incorporadas as implicações econômicas suscitadas pela ampliação da expectativa de vida nos vários aspectos que interessam ao bem-estar ou ao objetivo do *envelhecimento sustentável*. Assim, o mercado de trabalho, a “Economia da Saúde”, a pesquisa e o desenvolvimento, o urbanismo (ou Economia das Cidades), a demografia, a arquitetura, a seguridade social, a educação, a política industrial são partes dessa disciplina.

A interseção entre os dois conceitos, portanto, restringe-se aos cuidados de longa duração, conforme a imagem abaixo, na qual o círculo à esquerda representa a “Economia do Care” e o da direita, a “Economia da Longevidade”. Estabelecida esta interseção, defende-se que, para fins didáticos, a “Economia do Care” é parte da disciplina “Economia da Longevidade”.

Ponto em comum entre os dois conceitos

Economia do Care Economia da Longevidade



Fonte: elaboração própria.

5 Considerações finais

É rara a literatura sobre a inclusão do tema do envelhecimento populacional nos currículos escolares, mesmo no ensino superior, embora a Lei 10.741/2003 em seu artigo 22 recomende conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. Esse artigo, no entanto, após uma década, tem se revelado inócuo para disseminar esse conhecimento, pois, em sua redação, nada obriga às instituições de ensino, pela ausência de delimitação do nível acadêmico a ser inserido tal conteúdo.³⁴ Desde 1995, o governo federal tem adotado iniciativas para disseminar os estudos do envelhecimento, mas apenas em 2005 constituiu comissão especial para delinear as pre-

³⁴ Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda constitucional (nº 15/2008) ao artigo 230 da Constituição Federal. para obrigar os sistemas de ensino a incluírem no currículo o tema do envelhecimento “em todos os níveis”.

missas desse empreendimento no Ensino Superior.³⁵

A despeito da falência dessas iniciativas do setor governamental, no campo acadêmico raro é o esforço para se construir uma metodologia ou didática do que, afinal, deve ser ensinado e como deve ser ensinado. Essa ausência de sistematização (com exceção da Gerontologia e da área de Saúde) tem dificultado a inclusão do tema, tão caro ao desenvolvimento, no ensino da Economia (ou da Sociologia Econômica).

Compreender e incorporar essa transformação da sociedade para aplicar de forma mais eficiente as ferramentas dos economistas será vital para a credibilidade da própria Economia como ciência nas próximas décadas. Embora a dinâmica demográfica possa vir a ser alterada, a longevidade é um processo sem retorno diante do avanço tecnológico ilimitado e altera, como visto, as decisões dos agentes econômicos, impacta muito além do que apenas a questão de renda, como é visto de forma simplista por aqueles economistas interessados exclusivamente na equação dos sistemas de previdência.

Defende-se, portanto, que o processo didático necessita de certa materialidade,

³⁵ Sobre um histórico dessas iniciativas e a comissão, ver Felix(2007), e Rios-Neto(2005). Esse autor defende a inclusão dos estudos do envelhecimento na pós-graduação.

pois, como ensina Hannah Arendt, "[...] a mente humana sempre precisa de conceitos para funcionar", sem eles, a tendência é o raciocínio "[...] aceitar praticamente qualquer coisa [...]", correndo o risco de comprometer sua principal tarefa: a compreensão abrangente e aceitação da realidade (ARENDR, 2011, p.280).

Neste artigo, foram expostos conceitos que, espera-se, possam ajudar a estabelecer parâmetros dessa nova disciplina, a Economia da Longevidade, que se faz urgente diante do envelhecimento populacional brasileiro. Essa seria, por si, justificativa suficiente para a adoção da disciplina. No entanto, há outra mais emergente: a forma de gestão de "nossa dinâmica demográfica é que irá determinar nosso desenvolvimento econômico" e "as condições básicas que devem guiar nossa política social e econômica" é o envelhecimento populacional (DELFIN NETTO, 2008).

De acordo com Esping-Andersen (2009), são três os "maiores desafios" para o desenvolvimento econômico no século XXI: como adaptar as instituições para o novo papel da mulher, como educar as crianças para a sociedade do conhecimento e quais respostas serão dadas pela sociedade para a dinâmica demográfica, particularmente, diz o autor, a baixa fecundidade e o envelhecimento da população.

É preciso, antes de tudo, conscientizar e preparar a futura geração e os economis-

tas, sociólogos, entre outros profissionais mais jovens para enfrentarem esse desafio socioeconômico, sob pena de insistir em erro apontado por Sérgio Buarque de Holanda: pecamos sempre por abraçar o desleixo e deixá-lo sobrepor à ambição de arquitetar o futuro (HOLANDA, 1995, p.117).

Referências

- ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. de S.; CARVALHO, A. A. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: Cepal/Ipea, 2010.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** 13. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARENDT, H. **Sobre a revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice, a realidade incômoda.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1.
- BERZINS, M.; BORGES, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas para um país que envelhece.** São Paulo: Ed. Martinari, 2012.
- BLOOM, D. E., STRULICK, H., PRETTNER, K. **Declining fertility and Economic well-being: do education and health ride to rescue?**, IZA, discussion paper series, number 6527, Labour Economics Journal, Boston, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.
- BRASIL. **Lei 10.741/2003** em seu artigo 22. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>.
- BUTLER, R. **The public revolution, the benefits and challenges of living a long life.** New York: Public Affairs, 2008.
- CAMARANO, A. A. **Estatuto do Idoso: avanços com contradições.** Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, 1840).
- CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010.
- CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros, muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S., MELLO, J. L. Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros, muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CARVALHO, A. A. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil:** cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Cepal/Ipea, 2010.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social, uma crônica do salário. Petrópolis, Ed. Vozes, 2012.

CASTEL, R. **El ascenso de las incertidumbres, trabajo, protecciones, estatuto del individuo.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 1).

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

DEBERT, G. G. Imigrantes, Estado e família: o cuidado do idoso e suas vicissitu-

des. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: E-dusp/Fapesp, 1999.

DELFINETTO, A. Clareza e alguma ousadia. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A2, 21 out. 2008.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G. **The incomplete revolution, adapting welfare state to women's new role.** Cambridge: Polity Press, 2009.

ESPING-ANDERSEN, G. **Family formation and low fertility.** Madrid: BBVA, 2006.

FELIX, Jorge. Perdemos a oportunidade? O Brasil pode ter deixado para trás o melhor momento para ajustar demografia e crescimento. **Valor Econômico**, São Paulo, ano 14, n. 658, jun. 2013. Caderno EU&Fim de Semana.

FELIX, Jorge. A previdência social num país que envelhece e o risco da aposentadoria como prêmio. In: BERZINS, M. V.; BORGES, M. C. **Políticas públicas para**

um país que envelhece. São Paulo: Ed. Martinari, 2012.

FELIX, Jorge . **Viver Muito, outras ideias sobre envelhecer bem no séc. XXI e como isso afeta a economia e o seu futuro.** São Paulo: Ed. Leya Brasil, 2011.

FELIX, Jorge. Economia da Longevidade: o envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas para os idosos, dissertação de mestrado em Economia Política, São Paulo, PUC-SP, 2009. Disponível em www.dominiopublico.gov.br

FELIX, Jorge . Economia da longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMIA DA SAÚDE, 8., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC/SP, 2007.

GROISMAN, D. A velhice, entre o normal e o patológico. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 61-78, 2002.

GUILLEMARD, A.M. Les défis du vieillissement – âge, emploi, retraite, perspectives internationales, Paris, Armand Colin, 2010.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

HOFÄCKER, D. **Older workers in a globalizing world, an international comparison of retirement and late-career patterns in western industrialized countries.** Cheltenham (U.K.): Edward Elgar Publishing, 2010.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo, Ed. C

KLIKSBERG, B. Os desafios éticos de um continente paradoxal. In: SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LASLETT, P. The emergence of the third age. **Ageing and Society**, v. 7, n.2, p. 133-160, jun. 1987.

MAUSS, M. **Essai sur le don:** Forme et raison de l'échange dans les sociétés primitives (extrait de *l'Année Sociologique*, seconde série, 1923-1924, tome I). Edition électronique réalisée par Jean-Marie Tremblay, professeur de Sociologie au Cégep de Chicoutimi, Le 17 février 2002, dans le cadre de la collection: "Les classiques des sciences sociales". Disponível em: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>.

NERI, M. et al. Motivações financeiras para as pessoas da Terceira idade. In:

Camarano, A.A. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

UNITED NATIONS. **Population Ageing and Development** (12-40658).New York: United Nations, 2012.

PALIER, B. **Gouverner la sécurité sociale**.Paris: Puf, 2002.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos.In: PAPALÉO NETTO, M. (Org.).**Gerontologia**.São Paulo:Atheneu, 1996.

PARREÑAS, R. S. O trabalho de care das acompanhantes, imigrantes filipinas em Tóquio.HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Orgs.).**Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**.São Paulo: Atlas, 2012.

Lloyd-Sherlock, P. Population aging and international development: from generalization to evidence. United Kingdom: Policy Press, 2010.

PETIT, E. **L 'economie du care**. Puf: Paris, 2013.(Collection Care Studies).

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**.São Paulo:Boitempo, 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação, as origens da nossa época**. Rio de Janeiro:Ed. Campus Elsevier, 2000.

PRETTNER, K.; BLOOM, D. E.; STRULICK, H. Declining fertility and Economic well-being:do education and health ride to rescue? **Labour Economics**, v.22, p. 70-79, jun. 2013.

RIOS-NETO, E. L. G. A formação profissional na área de economia e o envelhecimento populacional brasileiro.In:SEMINÁRIO EDUCAÇÃO SUPERIOR E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL, 2005, Brasília. **Anais...**Brasília, D.F:Secretaria de Ensino Superior/CAPES, 2005.

ROCHA, R. Envelhecimento e Produtividade.**Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 43-56, maio 2012.

SACHS, I. **A terceira margem, em busca do ecodesenvolvimento**.São Paulo:Companhia das Letras, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEGEL, J. S. A fresh map of life: the emergence of the third age by Peter Laslett. **Population and Development**

Review, New York, v.16, n. 2, p. 363-367, jun. 1990. Review.

faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

STIGLITZ, J. E. **O mundo em queda livre, os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZELIZER, V. L'économie du care. Paris: Revue Française de socio-économie, nº 2, p.13-25, 2008.

STIGLITZ, J. E. **The price of inequality, how today's divided society endangers our future**. New York: W.W.Norton & Company, 2012.

STIGLITZ, J. E. **Economics of the public sector**. 3.rd Ed. New York: Norton, 2000.

STIGLITZ, J. E.; OLZMANN, R. **New ideas about old age security, towards sustainable pension systems in the 21st century**. Washington, D.C.: The World Bank, 2001.

WAJNMAN, S. et al, Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: Camarano, A. A., Os novos idosos brasileiros – muito além dos 60?. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

WEBB, A. **Do health and longevity create wealth?** New York: International Longevity Center, USA, 2004. (working paper).

ZELIZER, V. **A economia do care**. HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias